



<https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v14.1089>

## **Invisibilidade e resistência da cultura negra portoalegrense – o desafio da construção do Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre**

*Invisibility and resistance of black Porto Alegre culture – the  
challenge of construction of the Museu do Percurso do Negro in Porto  
Alegre*

*Elza Vieira da Rosa<sup>1</sup>*

### **Resumo**

O artigo visa refletir acerca da resistência e da invisibilidade da cultura negra em Porto Alegre e o racismo visivelmente presente na sociedade, bem como a luta organizada dos negros diante da invisibilidade de sua cultura. Para tal, faz-se uma leitura crítica da concepção de razão negra incrustada no interior do imaginário coletivo, na cultura, em que se constata a ausência de elementos que garantam visibilidade e reconhecimento da *cultura negra* de matriz africana, em Porto Alegre, pela sua inexistência em termos de formas de expressões simbólico-artísticas. Diante disso, é possível compreender o emergir das lutas dos movimentos negros contra o racismo disseminado na sociedade, que gera exclusão, preconceito e discriminação. O artigo será dividido em duas partes, quais sejam: crítica a razão negra; o museu do percurso do Negro de POA, (céu aberto); sob o prisma da visibilidade e da representatividade.

Palavras chave: Racismo; visibilidade; cultura negra; razão negra.

### **Abstract**

The article aims to reflect on the resistance and invisibility of black culture in Porto Alegre and the racism visibly present in society, as well as the organized struggle of black people in the face of the invisibility of their culture. To this end, a critical reading of the conception of black reason encrusted within the collective imagination, in culture, is carried out, in which it is verified the absence of elements that guarantee visibility and recognition of black culture of African origin, in Porto Alegre, due to its non-existence in terms of forms of symbolic-artistic expressions. Given this, it is possible to understand the emergence of the struggles of black movements against widespread racism in society, which generates exclusion, prejudice and discrimination. The article will be divided into two parts, namely:

---

<sup>1</sup> Mestre em sociologia (UFRGS) e doutoranda em Educação FAGED (UFRGS). Ativista do movimento Negro de POA do Grupo de trabalho Angola Janga.

E-mail: [elzavrosa@hotmail.com](mailto:elzavrosa@hotmail.com); Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7154-3585>;

criticism of black reason; the museum of the route of the Negro de POA, (clear sky); from the perspective of visibility and representativeness.

Keywords: Racism; visibility; black culture; black reason

### **Considerações iniciais**

Cada povo possui sua identidade e sua própria forma de viver e de se relacionar com o contexto histórico. As características próprias na sua forma de viver são as peculiaridades: costumes, valores, tradições, linguagem, religiosidade, fazem parte intrinsecamente da cultura. Em cada sociedade os indivíduos vivem, convivem e interagem entre diversificadas culturas. *A afrodescendente*, tomando essa acepção como dado basilar, remonta a dimensões de uma cultura ainda invisibilizada pouco compreendida, ou assimilada, ou respeitada e sem o devido reconhecimento no interior da sociedade brasileira. Um dos aspectos salientes que evidenciam esse posicionamento é o racismo estrutural, a expressão de uma chaga ainda latente nos mais diversificados espaços e esferas sociais que demarcam visões, formas de pensar e de agir dos cidadãos portoalegrenses e outras regiões do Brasil.

Esse cenário que presenciamos em pleno alvorecer do século XXI ainda carrega em si incertezas, medo, e o crescimento da violência em um crescente espiral que parece se multiplicar em seus modos pluriformes nos mais diversificados contextos sociais. É nessa esteira, diante desse conjunto de mudanças e de transformações que torna-se perceptível a conformação de discursividades que parecem propor e firmar legislações que venham a colocar em xeque direitos humanos que foram historicamente conquistados. Importante destacar que foi e continua uma expressão de muitas lutas, de sujeitos que derramaram sangue para garantir que seus ideais e princípios inspirados na Constituição Brasileira pela construção de uma sociedade mais equitativa, de justiça social e a garantia dos direitos e deveres sejam efetivados.

### **1 Crítica da razão negra**

A reinterpretção da *cultura negra* de matriz africana precisa partir de uma concepção de lutas e de resistências diante do colonialismo da sociedade escravocrata e de um panorama em que nas sociedades eurocêntricas compreendidas como democráticas. Em contraposição a essa configuração acerca

dos processos de submissão impostos aos segmentos da diáspora africana, enquanto um dado criado – um mito estabelecido, pois “[...] a raça não existe enquanto facto natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil” (MBEMBE, 2014, p. 26-27), a qual serviu de justificação para erigir modelos de sociedades escravocratas, em que o negro foi transformado em uma espécie de mercadoria, processo que se deu com o tráfico atlântico (século XV ao XIX), em que homens e mulheres originários de África foram transformados em homens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda.

De acordo com Mbembe (2014), é necessário se elaborar uma leitura crítica acerca da própria *razão negra*. Esse elemento é fundamental, pois está enraizado em uma configuração de uma identidade racial a partir da concepção de razão negra, a partir da qual pretensamente se criou uma compreensão acerca do negro. Essa serviu para fixá-lo como sujeito de raça e exterioridade selvagem, passível de desqualificação moral e instrumentalização prática. Consequentemente, essa concepção chancelou, legitimou e desembocou em um movimento que teve como papel de historicamente encarar as pessoas de origem africana, “[...] em transformar a pessoa humana numa coisa, num objecto ou em mercadoria”. (MBEMBE, 2014, p. 26).

A partir da historicidade e das discursividades que se produzem no campo social se torna possível analisar a etnicidade enquanto um dado construído no lastro social, um *constructo* que decorre de lutas históricas, de práticas de subjetivação e de dessubjetivação (Cf. FOUCAULT, 1988), do conjunto de memórias e experiências e de acontecimentos que, embora sejam do ponto de vista de uma perspectiva de oficialidade da história foram postos à margem. Assim, marginalmente consideradas, indicam para um processo de uma releitura da constituição da realidade, dos acontecimentos, dos arquivos que nem sempre são levados em consideração, os quais fizeram e fazem parte da produção dos discursos estereotipados. A missão atual sobre a cultura negra implica em recuperar a historicidade e o potencial da memória a partir da realidade de Porto Alegre – Rio Grande do Sul.

Essa razão negra foi urdida, cunhada e forjada ao longo dos séculos por uma gama de instituições, sociedades eruditas, exposições que colaboraram decisivamente para a transformação dessa forma de pensamento em senso comum, em uma espécie de *hábitus* que: para tal

Numa primeira instância, a razão negra consiste, portanto, num conjunto de vozes, enunciados e discursos, saberes, comentários e disparates, cujo objecto é a coisa ou as pessoas «de origem africana» e aquilo que afirmamos ser o seu nome e a sua verdade (os seus atributos e qualidades, o seu destino e significações enquanto segmento empírico do mundo). Composta por múltiplos estratos, esta razão data da Antiguidade, pelo menos (MBEMBE, 2014, p. 57).

É na perspectiva dessa concepção de razão negra cristalizada e opaca, disseminada no interior da cultura, que a história do povo negro deve ser relida, como história dos vencidos, daqueles que foram emudecidos e relegados ao esquecimento no interior dos arquivos enaltecidos na edificação da historiografia oficial, nas páginas inscritas e escritas ao longo dos séculos a partir do paradigma do progresso perpetrados pela história dos vencedores. Portanto, é fundamental ter presente que

O Negro não existe, no entanto, enquanto tal. É constantemente produzido. Produzir o Negro é produzir um vínculo social de submissão e um *corpo de exploração*, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor, e do qual nos esforçamos para obter o máximo de rendimento. Mercê de trabalhar à corveia, o Negro é também nome de injúria, o símbolo do homem que enfrenta o chicote e o sofrimento num campo de batalha em que se opõem grupos e facções sociorracialmente segmentadas (MBEMBE, 2014, p. 40).

Sob essa concepção o negro foi tendo sua história, sua cultura, suas raízes e seus valores tratados somente a partir do branco, uma história que privilegiou narrativas que fundassem figuras heroicas, mitos sobre os quais se firmariam concepções que se enraizariam na formação da cultura portalegrense e, por conseguinte, riograndense, mas que pouco retratavam de fato a possibilidade de garantir que no interior dessas narrativas oficiais se ouvissem a história dos povos subjugados, dominados, escravizados e, sucessivamente, criou-se uma imagem distorcida, estereotipada e preconceituosa.

De acordo com Sansone (2012), presenciamos ao longo das últimas décadas uma significativa mudança no modo como a África passou a ser vista, compreendida e representada na cultura brasileira: “Diferentemente de outros países das Américas, no Brasil costuma-se reinventar a África não apenas na mídia ou nas culturas das elites, mas também na cultura popular a partir do crivo afro-brasileiro” (SANSONE, 2012, p. 7). Entretanto, embora haja um crescente avanço em termos de apropriação e interesse acerca da cultura afrodescendente, sobretudo pela riqueza presente na cultura de matriz africana, por parte do movimento negro,

ainda é perceptível na sociedade certa concepção que compreende o negro de modo subalterno.

Esse aspecto reflete diretamente na compreensão dessa cultura, em que as representações museológicas ainda o retratam de modo demarcado pelo viés da escravatura, pela força do trabalho, por aspectos folclóricos, mas que ainda não são reconhecidos sua identidade, sua expressividade cultural.

Também é perceptível que nos Órgãos de governo nas três esferas brasileiras dão a primazia para outras etnias, e certo desprezo em relação às demandas apresentadas pela etnia negra. Mbembe pontua esse aspecto:

O nome negro, este nome assinalava uma série de experiências históricas desoladoras, a realidade de uma vida vazia; o assombramento, para milhões de pessoas apanhadas nas redes da dominação de raça, de verem funcionar os seus corpos e pensamentos a partir de fora, e de terem sido transformadas em espectadores de qualquer coisa que era e não era a sua própria vida (MBEMBE, 2014, p. 19).

É nessa senda que se insere o sentido de um museu a céu aberto, de sua relação com a sociedade e com as demais culturas, quando se referiu acerca dos aspectos mais importantes e significativos que estiveram na gênese do processo de articulação e de organização que contribuiriam na sua concepção/construção. É nessa direção que cumpre realçar a pertinência e o significado de um marco histórico em Porto Alegre, tendo em vista garantir a visibilidade *da cultura negra*, que permita gerar reflexão e promover o exercício de construção da memória da *cultura negra*:

O sentido de um Museu concebido enquanto percurso a céu aberto tem a ver com a visibilidade necessária a essa temática histórica do Percurso do Negro, da participação e colaboração social, religiosa e artística da ancestralidade aos dias atuais. É a cultura negra sendo valorizada em sua participação histórica na formação da sociedade. Essa visibilidade tão necessária é privilegiada pelo aspecto de acessibilidade desse formato a céu aberto (Entrevistado 01).

A cultura de matriz africana, provenientes da diáspora africana foram sendo menosprezadas e esquecidas, sob uma compreensão distorcida de sua condição de inferioridade diante de um pensamento ordenador e eurocêntrico que buscava uma ideologia universal que pudesse dar sustentação à ideia de uma cultura forte, aguerrida, na qual sua história seria vista como sinônimo de progresso. Para Monteiro:

Foi valorizado apenas o elemento português e açoriano na formação da sociedade porto-alegrense, relegando ao silêncio as contribuições indígena, negra e de diferentes grupos de imigrantes. As classes populares ficaram de fora dessa história “vista de cima”, a partir o ponto de vista das elites dirigentes e baseada em uma cronologia político-administrativa construída a partir da utilização de relatos obtidos nos documentos oficiais da Coroa Portuguesa (MONTEIRO, 2010, p. 44).

De acordo com Sandra Pesavento (1994), se faz necessário recuperar um olhar mais amplo e crítico acerca da formação de Porto Alegre, em atentar para o fato de que “[...] a cidade de hoje encerra, pois muitas cidades passadas e vividas que, se não é possível resgatá-las na sua integridade, busca-se pelo menos decifrar as suas representações [...]” (PESAVENTO, 1994, p. 126), em reler os aspectos que foram soterrados, esquecidos, deixados de lado em nome de uma narrativa historiográfica oficial, que as representações dos povos de matriz africana foram se tornando ausentes nas representações culturais, pois “[...] as representações sociais, são, por assim dizer, históricas, concebidas em cruzamentos com práticas historicamente determinadas”. (PESAVENTO, 1994, p. 130).

De acordo com Hall (2003), é somente por meio de como o termo “negro” foi e é representado e imaginado nos próprios discursos, na historicidade, em situações específicas que os seus significados podem ser analisados e compreendidos. Assim, a constituição das identidades negras precisa necessariamente ter como ponto de partida o processo de representação dos negros, como afrodescendentes se representam nos diversificados locais da cultura, nas sociedades em que convivem e compartilham sua existência. Nessa direção, conforme poderemos ver no que segue, a construção do Museu a céu aberto possibilita uma nova compreensão e releitura da *cultura negra* e das questões étnico-raciais:

O que acontece é que o processo de criação do Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre implica a observação histórica sobre a *trajetória da museologia antes tradicional* e voltada para as coleções em espaços edificados para novos conceitos e perspectivas em que outras compreensões, como a origem da instituição museu tempo e espaço, bem como as populações e o patrimônio passam a compor um fenômeno observável pela museologia social. E nesse sentido, destaca-se que a visibilidade das populações africanas, assim como indígenas, vem ocorrendo em outros espaços de memória e de territórios, tanto em Porto Alegre, por meio do próprio Museu do Percurso, como em outras regiões do Brasil (Entrevistado 02).

Sob essa perspectiva, foram se instalando processos de diferenciação que permitiram classificar, hierarquizar para fins de exclusão e erradicação a partir da

ideia de raça, que há uma parte do globo, ou da sociedade que se autoproclama civilizada e, portanto, seu pensar é passível de universalização como se concepção fosse a razão do mundo, o ápice de um pensamento ordenador pelo uso racionalidade ocidental, em que o humano passa a ser definido, delimitado, como condição de possibilidade para ingressar e conviver em alguns espaços a adentrar alguns territórios, a poder exercer seus direitos humanos básicos, em que a diferença, a forma de ser diferente ao invés de ser um aspecto enriquecedor, se tornou sinônimo de privação de espaços, de territórios e da possibilidade de gozar de seus direitos humanos.

De acordo com (ZUBARAN; SILVA), na sociedade brasileira a construção dos sujeitos está intimamente ligada à forma como as discursividades no seio social são dispostas em que o fator étnico-racial é determinante. Essa forma de discurso que propaga uma concepção de democracia racial a qual defende a igualdade de oportunidades entre cidadãos brasileiros com distintos matizes étnicos. Essa posição fundada sobre tal discurso, especialmente em relação ao patrimônio cultural negro, acabou por determinar uma compreensão que coloca tais manifestações culturais afro-brasileiras sob um enfoque fixado em um passado longínquo e em um crescente “[...] apagamento de suas contribuições para a cultura e a história afro-brasileira” (ZUBARAN, SILVA, 2012, p. 133).

Ademais, o branqueamento é um fator presente na dinâmica social, sobretudo por valorizar de modo preponderante aquilo que é reconhecido como proveniente de matrizes eurocêntricas, especialmente quando se trata de instituições de memória, museus, edificações e tradições culturais de origem europeia, em detrimento daquelas de origem negra ou indígena. Nesse sentido, um olhar atento revela que essas fronteiras, em sua versão dominante, foram determinadas tomando como referência a Europa branca, cristã e masculina do Iluminismo, aspecto que, sobretudo a partir da “A modernidade gerou variedades próprias de racismo, nas quais as culturas não-ocidentais frequentemente foram vistas como obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso e passaram a ser vistas como anti-modernas” (COSTA, 2004, p. 385). De acordo com Mbembe um olhar crítico sobre a modernidade precisa necessariamente passar pela crítica ao *princípio de raça*, o qual está na base das diversificadas formas estratégias e técnicas de dominação:



O nosso mundo continua a ser, mesmo que ele não queira admiti-lo, em vários aspectos, um «mundo de raças». O significante racial é ainda, em larga medida, a linguagem incontornável, mesmo que por vezes negada, da narrativa de si e do mundo, da relação com o Outro, como memória e o poder. Permanecerá inacabada a crítica da modernidade, enquanto não compreendermos que o seu advento coincide com o surgir do *princípio de raça* e com a lenta transformação deste princípio em paradigma principal, ontem como hoje, para as técnicas de dominação (MBEMBE, 2014, p. 102).

De acordo com Hall (1997), sob a perspectiva de um regime racializado de representação, por meio de estratégias discursivas inerentes a tais regimes, se buscou naturalizar as diferenças culturais por meio da associação dos negros a natureza. Esses regimes funcionam por meio de estratégias representacionais sob uma estruturação lógica que ao estabelecer o aspecto da diferença essa serve para reafirmá-la de modo perene. Essas estratégias de representação acabam produzindo significados no interior da cultura, em que por meio da diferença étnico-racial fixada se firma a figura do outro, do negro, em contraposição ao branco, a partir da forma como as relações de poder influem na formação dos discursos e, por conseguinte, no sistema de representação na sociedade.

Esse aspecto se torna evidente no caso da capital riograndense, na qual em determinado período a lógica de branqueamento e de higienização da cidade, isto é, em retirar as populações indesejadas refletiu na vida de determinadas populações, retirando-as de seus espaços de convivência, de seus locais, de sua dinâmica de vida, negando-lhes a possibilidade de viver nos territórios em que se constituíram como marcos significativos para sua cultura, para seus costumes, hábitos de vida, fazendo com que migrassem para determinados locais em nome do progresso e do desenvolvimento econômico das elites que, em boa medida, estiveram à frente dos processos de urbanização e da distribuição da cidade. É essa questão que buscaremos focar no segue, problematizando o processo de desterritorialização e suas implicações.

Esse dado basilar requer repensar de forma equitativa entre as diversas culturas e raças, enquanto algo que se estabelece ao longo do desenvolvimento da humanidade. “A etnicidade, nessa perspectiva, é permeada por relações de poder que estão na base da constituição da sociedade, do campo social, das relações de poder em suas ramificações e como tais relações influem direta, ou indiretamente nas práticas sociais e na formação das discursividades, seja em sentido de macroestrutura, por um lado, quanto por outro, em aspectos microestruturais, bem



como na forma como se dá a construção e a constituição das políticas de representatividade em uma determinada sociedade” (RESTREPO, 2004).

Uma leitura atenta evidencia os traços de uma história demarcada pelo fator *branqueamento* no interior da cultura predominantemente europeia, e o progressivo processo de exclusão do negro dos arquivos oficiais da história, determinantemente demarcada por uma visão preconceituosa acerca da imagem do negro, geralmente associada ao fator escravocrata, servilidade e de mão de obra.

## **2. O museu de céu aberto<sup>2</sup>, visibilidade e representatividade**

A grande questão que se coloca é a luta constante e a busca permanente por efetivação dos direitos humanos, especialmente dos povos negros, que vem sendo construída ao longo dos séculos por meio de lutas, de resistências e de processos de construção coletiva. A preocupação é garantir “um museu que possibilite políticas antirracistas, capaz de dar *visibilidade e representatividade* para as populações negras por meio de edificações, uma dinâmica que romperia com uma ideia estática de museologia, a partir de uma proposta pensada e articulada em vista de proporcionar a valorização de uma cultura que foi aos poucos sendo banida, esquecida e deixada de lado na constituição dos espaços arquitetônicos e públicos da cidade. Constituem-se, pois, a partir de uma mobilização, de lutas empreendidas por atores sociais e protagonistas, mulheres e homens que resistiram e que buscaram ao longo da história por meio de suas organizações e ações construir meios capazes de ter seus direitos previstos, garantidos e efetivados e, em especial do povo negro, que sofreu as consequências da imposição de outras culturas por meio do processo de colonização e de escravidão.

Essa constatação coloca um elemento essencial que é a concepção de uma subjetividade forjada e construída e que atinge diretamente a cultura afrobrasileira, e a necessária leitura crítica que se deve ser elaborada sobre as causas do racismo, e como o negro sofreu e ainda sofre preconceito no interior da sociedade. Em tal contexto, é importante salientar o universo simbólico, cultural, estético e ético:

---

<sup>2</sup> Museu céu aberto refere-se ao Museu do Percurso do Negro de Porto Alegre, que atualmente têm quatro marcos que identificam a cultura e a conquista do movimento negro. Isto o tambor, Pegada Africana, Bará do mercado e Painel Afrobrasileiro.

O ocidente criou o rosto como o lugar de expressão de uma subjetividade que reside além dessa manifestação, na interioridade do indivíduo. O processo de rostidade se caracteriza pela individuação do representante, de sua interioridade. A cada cara corresponde uma subjetividade intangível. A interioridade escavada sob a superfície de expressão, o rosto (ANJOS, 2006, p. 86).

É nessa perspectiva que a indagação acerca da importância do *Museu* no formato de céu aberto<sup>3</sup> recobra seu sentido, isto é, em situar como esse marco na luta do movimento negro pode dialogar com a questão primordial para essa cultura, os territórios negros e a construção de políticas públicas, e em que sentido se pode dar passos que sinalizem para a visibilidade da *cultura negra*, na conscientização sobre o antirracismo, redimensionando autenticamente os valores e os traços da negritude no interior de nossa cultura, nos locais onde se produz e dissemina a cultura e na formação da memória tanto individual, quanto coletiva dos presentes e das novas gerações de portoalegrenses, em um ambiente inclusivo, plural e respeitoso.

Assim, o movimento negro, enquanto organização que luta em prol da valorização de sua cultura tem presente que o desafio persiste em mostrar que a questão racial/racismo ainda persiste fortemente na sociedade brasileira e, por conseguinte, Porto Alegre, o que se evidencia no que segue:

Então tanto o percurso do negro em Porto Alegre, quanto à questão dos territórios negros eles têm o seu objetivo: De mostrar a presença negra na cidade, mas acho que mais que isso, mostrar que é possível tu fazer um trabalho pedagógico a partir desta ferramenta de visibilidade. Acho que a importância desse projeto consiste aí: visibilidade do negro no Estado, na cidade, mas principalmente, mostrar para educadores nas escolas, os alunos, que é possível fazer um trabalho interdisciplinar, desencadeado a partir da questão do pertencimento de onde eu estou, do meu lugar (Entrevistado 13).

Na esteira do exposto, é possível perceber que essa iniciativa foi concebida sob o prisma de uma agenda mínima de reivindicações que desembocou na concretização do Museu, embora com seu decorrente processo de estagnação, mas que alicerçou-se em identificar como essa política museológica propiciaria um

---

<sup>3</sup> É importante salientar que nas entrevistas mestrado destacou-se a concepção de museu a céu aberto como algo inédito e de fundamental importância para a cultura do negro. “É um avanço para a cultura. Essa parte cultural, ainda mais sendo negro. Museu a céu aberto onde todo mundo tem acesso. Não é todo mundo que entra num museu. Na correria do dia a dia tu não tem tempo de ir a um museu. E tu tendo um museu a céu aberto, você tem acesso às obras de artes urbanas. Culturalmente é uma maravilha”. (Entrevistado 10).

processo de revisão da memória/ocupação dos espaços públicos nos quais a *cultura negra* foi fundamental no seu desenvolvimento, nesse particular a capital rio-grandense, conforme pontua Monteiro:

Uma cidade não é formada e construída de uma só vez, pois, como um corpo coletivo e dinâmico, é composta por vários grupos e sujeitos sociais, está em constante fazer-se, sempre recebendo novas contribuições e respondendo a novos desafios. A cidade somos nós e nossos projetos, ações, lutas, derrotas e realizações cotidianas (MONTEIRO, 2010, p. 43).

Esse conjunto de pautas foi emergindo ao longo do tempo, como se deu o estabelecimento da agenda do movimento negro que explicita os anseios que indicam processos culturais sob a matriz africana que ficaram à margem, tomando como referência uma análise da edificação estrutural museológica e de monumentos públicos destinados à memorização das culturas presentes na história rio-grandense.

A concepção/idealização do *Museu* implicou intrinsecamente um processo de seleção, de definição e de planejamento que colocou em questão a própria compreensão de museologia, conforme já mencionamos. Nesse sentido, conforme precisa Mello:

Seja denominado como museu de percurso, museu de território, museu a céu aberto, o princípio ativo que move esse processo de musealização é o mesmo: utilizar-se do espaço ao ar livre, no enalço de paisagens naturais ou urbanas, edificações antigas ou mesmo espaços em ruínas ou já demolidos, praças, cujo conjunto geográfico possam comunicar de forma planejada a trajetória/historicidade de um povo (MELLO, 2016, p. 149).

Essa metodologia proporciona situar elementos que possibilitem visibilizar e reconstruir os aspectos basilares, os quais podem concorrer à estruturação e um processo de conscientização dos indivíduos, a formação de uma compreensão acerca da cultura e da monumentalidade que precisa ser relida, melhor compreendida, em vista de que possa alavancar uma agenda política que indique traços da cultura e políticas de representatividade.

A construção de um amplo movimento dialógico, a relevância dos debates e encontros que se deram, foram sem sombra de dúvidas momentos primordiais nesse processo de construção da agenda em torno ao *Museu*, em que muitas pessoas em diferentes momentos e espaços pudessem interagir, refletir e resgatar a memória esquecida do povo negro. Nesse sentido, de acordo com um ativista do movimento negro, no ano de 2009 o grupo de trabalho constituído era composto

por diversas entidades da sociedade civil organizada, conforme podemos perceber no que segue:

Que tinha atuação comprovada no segmento da comunidade negra, da cultura afrobrasileira. Daí participava do movimento negro unificado. Participava do Angola Janga e do Instituto de Assessorias de Quilombos, e do Iaporeque. Se eu não me engano, diversas associações, eu não me recordo bem quais as que estavam ali de fato representadas. Mas tinham pessoas, que não sei se tinham relação com associação de mulheres negras. Tinham pessoas que tinham relação com o carnaval. Tinha também pessoas que também atuavam na Liespa. Então tinha um grande coletivo. Como era o caso do Mocambo, associação de moradores da Cidade Baixa. Representados por Io Maria Rodrigues. Então, tinha essas pessoas todas. O pessoal do carnaval. Tinha pessoal da capoeira, no caso o Renato. Diversas organizações. Dezenas de organizações. Se eu citar aqui eu certamente vou esquecer-me de vários. Então, eu prefiro não listar, mas diversas pessoas. Então, esse grupo se reunia com uma periodicidade, sob a coordenação do Angola Janga, que naquele momento tinha como coordenador executivo, eu não me recordo bem. Não lembro se era coordenador executivo ou presidente no estatuto do Angola. Mas estava à frente a figura do Luiz Bitencourt, O Lua, que era nossa liderança, nossa referência (Entrevistado 07).

Assim, constata-se que desde um princípio houve uma ampla gama de lideranças que estiveram efetivamente envolvidas no processo de debate e de construção das agendas importantes do movimento negro. Esse elemento requer ainda ser melhor compreendido, estudado e investigado, o que implica discutir a etnicidade, a territorialidade e a própria noção de pertencimento, bem como suas implicações, a questão racial e a necessidade da construção de instrumentos e mecanismos que extirpem à chaga do racismo arraigado de um modo geral no seio da cultura brasileira.

Mesmo frente ao racismo vigente, diante da forma violenta pela qual o negro sofreu o processo de escravidão, a expulsão e desenraizamento de seu território cabe frisar sua riqueza cultural presente na atualidade, conforme podemos observar: “Geraram ricos patrimônios culturais. E o percurso do Museu a céu aberto, ele é um processo de execução que evoca presença, *memória, o protagonismo social e cultural dos africanos e descendentes* no centro histórico da cidade de Porto Alegre” (Entrevistado 02).

A partir de uma construção coletiva e inserida na comunidade local surge o desafio de reposicionar a história, reler a própria historiografia a partir de outras narrativas e discursividades, tendo em vista a garantia de visibilidade e reconhecimento dessa cultura, e a exigência ético-política de uma política de

representatividade. Essa política de representatividade precisa estar alicerçada sob a perspectiva da ocupação e da ressignificação do uso dos espaços públicos, bem como na distribuição do patrimônio cultural e territorial da cidade, conforme destaca Chagas, a qual consiste em que

[...] marcar o território pode significar a criação de ícones de memória favoráveis à resistência e a afirmação dos saberes locais frente aos processos homogeneizadores e globalizantes; por outro, assumir a volatilidade desse território pode implicar a construção de estratégias que favoreçam a troca, o intercâmbio e o fortalecimento político-cultural dos agentes museais envolvidos (CHAGAS, 2015, p. 6).

O fator etnicidade enquanto algo inerente à determinada cultura, sob a perspectiva de determinada tradição cultural em sua singularidade, compreende uma riqueza cultural, uma ampla gama de aspectos e fatores. Dentre tais fatores, podemos mencionar, a linguagem, o fator religiosidade, o conjunto de costumes, raízes histórico-culturais, sentimento de pertencimento a um determinado espaço geopolítico, um território no qual determinada cultura compartilha seu modo de ser, o que também determina peculiaridades de determinado grupo/grupos. Sob o prisma desse estudo, há que se revisitar a história e a presença negra, seu legado na construção de Porto Alegre e, além disso, de um modo mais amplo, sua importância na constituição da história do Rio Grande do Sul. É nessa direção que urge a tomada de consciência do que significa ser negro e de perceber como sua condição de subalternidade foi construída por meio de uma visão ideológica, na qual a submissão se reproduz numa imagem alienada de sua identidade e cultura, conforme a leitura crítica de Souza:

Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori, é um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (SOUZA, 1983, p. 770).

De acordo com Restrepo, a etnicidade pode ser entendida a partir de um viés de uma *ontologia da etnicidade*, um devir negro, pois precisa levar em conta a condição humana enquanto manifestação biológica e cultural do humano, a qual compreende o humano como “Un ser-esencial-compartido condicionante de una serie de rasgos característicos — somáticos, culturales, lingüísticos e históricos — constituiría la etnicidad y la conciencia de la identidad étnica” (RESTREPO, 2004,

p. 29). Ao elaborar uma cartografia da etnicidade, o autor mencionado destaca um fator de suma importância, que indica que essa concepção precisa ser compreendida e analisada de forma naturalizada, pois

Cada identidad étnica se despliega de acuerdo con la densidad histórica de su contexto particular, pero sin una necesaria (o necesaria no) correspondencia con determinadas locaciones sociales. Las identidades étnicas emergen y se transforman en contraposición, yuxtaposición y correlación con otras identidades étnicas, así como con distintas modalidades de identidad cultural (RESTREPO, 2004, p. 63-64).

O processo de massificação da história do negro deve ser trazido à tona, bem como a importância do papel da *cultura negra* na construção da cultura de Porto Alegre. Cabe mostrar a presença do negro nos meios sociais e no processo de constituição da cidade: “Eu acho que o Museu, aqui no centro da cidade, principalmente tem esse papel de mostrar que esse povo esteve aqui. Importante para esse espaço, para o crescimento desse espaço e só não está ainda forte porque foi tirado daqui” (Entrevistado 14).

Essa compreensão possibilita o fortalecimento e a organização do movimento negro, apesar de todas as dificuldades, em ser protagonista da própria história, revisitando a memória que não traz apenas as lembranças dos antepassados, mas que ao trazer a tona continuam a impulsionar o movimento negro em vista da construção de políticas públicas favoráveis ao combate do racismo tão presente ainda na realidade. Dessa forma, por meio do *Museu* o movimento negro organizado

Tem a oportunidade de ter o que mostrar do nosso povo. Acho assim isso é que é o mais importante. A pessoa jovem se sentir representada e ver que seus antepassados fizeram parte da história da construção de Porto Alegre. E estimular que eles também possam ser protagonistas nas suas trajetórias de vida. Acho que esse é o principal papel do museu do percurso. Assim, as obras estão lá, estão na rua, fazendo natural (Entrevistado 07).

Isso implica considerar como ao longo dos séculos as violências foram sendo perpetradas contra o negro, seja no processo de seu deslocamento dos espaços nos quais atuava e convivia, seja no ocultamento e na negação de sua visibilidade e sua real importância na história de Porto Alegre. Isso sinaliza para a inexistência de sua valorização no patrimônio cultural edificado em monumentos, memoriais, por meio de marcos simbólicos, e edificação de obras de arte que possam proporcionar a retomada e a afirmação de seus valores presentes em sua cultura. E mais, por outro,

a inferioridade e incapacidade socialmente construída aos longos da história do afrodescendente, elementos centrais que contribuíram que o marginalizaram social e economicamente, também influenciando no processo de desterritorialização dessa cultura do centro da cidade de Porto Alegre. É preciso compreender que se

[...] teve a falsa ideia de que não havia negros aqui ou que o negro estava deslocado desse lugar pretensa. E esses projetos vêm na lógica de mostrar que sim, a gente está aqui para ficar. Com uma história construída e que tem que só ser identificado e revelado (Entrevistado 05).

O *Museu* enquanto proposta articulada e delineada em uma dinâmica de percurso, em um formato de itinerário no qual os indivíduos passam por ele, em que habita e forma a própria composição do espaço público, do patrimônio público, possibilita o reordenamento dos territórios, e a retomada dos espaços que foram primordiais para a cultura. Assim, por meio de sua edificação, muito além de reordenar o uso dos espaços públicos e do patrimônio público por meio da arte, se constitui como indicador na construção de políticas de representatividade, na conformação de processos que visem a garantia de direitos, da cidadania restituindo o negro aos espaços nos quais ao longo dos séculos ele foi segregado e banido, embora ainda haja um longo caminho a ser trilhado, buscado e conquistado pelo povo negro rio-grandense e, de um modo particular, portoalegrense.

Esse aspecto carrega em si a necessidade de fazer um processo de reconstrução coletiva da memória (HALBWACHS, 2006), especificamente da cultura negra, o que necessariamente suscita uma leitura prospectiva da história, a sua importância no panorama no qual emerge o *Museu*, tanto no âmbito de Porto Alegre - RS como, de um modo mais amplo, do Rio Grande do Sul. Ou, em outras palavras, “diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Esses passos indicativos de uma política de representatividade, aliados a uma agenda mais ampla de reivindicações, podem indicar às populações negras excluídas e marginalizadas condições de vida mais digna e justa, por meio de um modelo de desenvolvimento integral do ser humano e das formas de vida que o circundam, além de repensar a ocupação e do uso dos espaços públicos, a edificação de monumentos. Em decorrência disso, se torna possível repensar a redistribuição



geográfica e arquitetônica da cidade em vista da valorização dessa cultura que tem sido esquecida e menosprezada na conformação de políticas públicas nos meios governamentais, a qual em boa medida é rememorada por meio da herança do processo de escravidão, pela sua exploração e exclusão social. Essa forma de elaborar o passado se torna uma nova forma de violência contra o povo negro, ao associá-lo única e exclusivamente ao processo escravagista e seus signos, aspectos ainda determinantes na conformação dos processos sociais, em uma visão de mundo e de valores ainda preponderantemente eurocêntrica (Cf. BITTENCOURT JÚNIOR, 2013, p. 14-15).

Essa dinâmica de higienização e branqueamento das cidades precisa ser lida a partir do fator racial, de modo a explicitar como tais dispositivos incidiram na fundamentação e na estruturação de políticas de representatividade das culturas e, especialmente, em relação à *cultura negra*, como política de *suspensão*, que aos poucos fez com que essas populações tivessem que migrar para as periferias da cidade e para meios sociais em que, em boa medida, imperam condições de vida precárias e desassistidas pelos órgãos públicos em geral.

Esse fator que se depreende dessa compreensão acerca do negro é verificável ao se lançar um olhar prospectivo aos *Museus e a museologia*<sup>4</sup> tradicionais de Porto Alegre, em que se evidencia a ausência da presença do negro, de aspectos que explicitem sua cultura, sua história, suas tradições, saberes e valores. A partir dessa constatação sobre a ausência da presença da representatividade da cultura afrodescendente (VARGAS, 2013) é que pode ser situada a luta do movimento negro de Porto Alegre, na qual a partir da década de 1990 passa a debater diretamente em suas pautas formas de garantir sua visibilidade cultural por meio da criação de espaços e marcos no interior da cultura portoalegrense capaz de rediscutir a presença do negro na constituição de Porto Alegre, seus territórios que aos poucos foram se apagados e invisibilizados:

Em Porto Alegre, a comunidade negra é frequentemente alijada de parte de sua cidadania, mesmo estando fora da história local oficial e em persistente construção ideológica de invisibilidade ou de imposição de violência simbólica, por parte dos segmentos não-negros da população. (BITTENCOURT JÚNIOR, 2010, p. 141).

---

<sup>4</sup> Luís Alonso Fernández pontua que logicamente a realidade patrimonial e museável precedeu em termos de tempo e a prática museográfica, bem como a própria justificação e existência de uma ciência museológica, a partir da seguinte ideia nucleadora: “En el principio fue el deseo y la voluntad de todos los pueblos en todas las culturas y civilizaciones por conservar hacia el futuro su patrimonio” (FERNÁNDEZ, 2010, p. 17).

Destarte, diante da invisibilidade e da negação da cultura do povo negro, aos poucos foi se gestando a ideia no interior do movimento negro no qual foi emergindo a demanda pela criação de marcos simbólico-artístico que pudessem proporcionar o reconhecimento da *cultura negra enquanto forma de resistência*, em retomar sua matriz, especificidades, valores e aspectos que foram sendo deixados de lado devido ao processo de desterritorialização das populações negras que foram migrando do centro da capital para as periferias com o processo de urbanização e crescimento da cidade, o que impulsionaria a construção de uma agenda centrada na representatividade da cultura, que desencadearia na ideia de edificação do *Museu*.

A ideia em torno a busca de edificar marcos representativos da *cultura negra*, em vista de se recuperar sua importância e história, sinaliza para o fato de que para os técnicos da área, na época em que se gestou a ideia do projeto em torno ao Museu, surgiu, pois como uma “[...] ação específica denominada Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, [que] não se constituiria como um museu, mas na verdade deveria ser classificada como um projeto de interpretação do espaço” (VARGAS, 2013, p. 85).

Essa concepção quebraria com a ideia estabelecida acerca do que se compreende por museu, enquanto um espaço reservado, uma instituição materializada em uma sede, que possui obras e coleções tradicionais, bem como público que o frequente, aspecto que surpreendeu tanto aos técnicos quanto atores sociais de diversificadas áreas de conhecimento. O processo que ocasionou a construção do Museu céu aberto, assim é expresso:

*Não tinha referência ao, existia todo um a própria colônia africana, não tinha uma placa dizendo que ali era colônia africana. Então realmente havia um esquecimento reiterado da memória do negro na minha percepção. Aí coloquei essa temática pro pessoal e o Lua prontamente concordou em botar isso no debate. Que é importante, que é por aí. Aí começou a surgir coisa. Vamos fazer então, pedir pelo orçamento para fazer na época um vídeo, um livro, alguma coisa nesse sentido para trazer essa a discussão. De registrar isso, que a memória da nossa etnia está sendo apagada (Entrevistado 08).*

Vargas (2013) explicita a possibilidade de se realizar uma leitura diversificada acerca do Museu tanto, por um lado, compreendendo-o como projeto de representação de território, por parte dos técnicos e especialistas em patrimônio cultural, quanto por outro, por parte dos ativistas do movimento negro de Porto

Alegre que, desde sua gênese definem-no como museu, tendo em vista as representações que a essa edificação foram dadas pelo movimento e pelas organizações negras da capital gaúcha. Importante destacar é o envolvimento de pessoas no processo de organização do projeto e implementação do museu do percurso: “Fizemos a história desse Estado. E a gente merece estar representado através de um monumento. Então hoje a gente tem várias esculturas espalhadas e no centro da cidade. Local nobre, nobre. Isso é muito importante para o movimento e para nossas crianças” (Entrevistado 03).

### **Considerações finais**

Enfim, diante da invisibilidade e do processo de apagamento paulatino da memória da etnia negra, especialmente no que concerne aos espaços e lugares da cidade, em contraposição a essa constatação propôs-se a retomada e demarcação destes espaços, de pontos importantes na capital, presentes na memória do povo negro, que pudessem proporcionar uma reescrita espacial da história do negro em Porto Alegre. Percebe-se, portanto, que o desafio consistiu em reler a história de forma crítica em vista de colaborar na construção de um debate comprometido com a realidade social vigente: em ter “[...] sua representatividade assegurada e reconhecida em manifestações culturais, [em] assegurar essa representatividade e equidade em políticas antirraciais. (Entrevistado 01).

Em suma, para dar conta dessa dinâmica dialética entre esquecimento e memória o movimento negro da capital rio-grandense construiu agendas que permitiram a edificação de marcos físicos que pudessem garantir a presença da cultura e da presença negra relegada ao esquecimento, a demarcação espacial e temporal do território negro, em que o Museu surgiu “[...] como ideia-força, ou melhor, se constitui como ideia-expressão de um movimento de reivindicação de direitos civis e políticos de representação da etnia negra no concerto das memórias e dos povos que originaram e fazem Porto Alegre” (VARGAS, 2013, p. 87), enquanto marco propulsor na desafiante construção de políticas sociais inclusiva, equitativa, de justiça na representação da sociedade.

## Referências

ANJOS, José Carlos Gomes dos. No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho. Territorialidade Negra Urbana: a evocação da presença, da resistência cultural, política e da memória dos negros, em Porto Alegre, delimitando espaços sociais contemporâneos. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Leituras da Cidade*. Porto Alegre, Evangraf, 2010, p. 129-159.

\_\_\_\_\_. As representações do negro nos museus do Rio Grande do Sul são marcadas pela invisibilidade simbólica: Do “resgate afro-brasileiro às pesquisas histórico-antropológicas e às visibilidades negras na museologia. In: MATTOS, Jane Rocha de. *Museus e africanidades*. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013, p. 13-53.

CHAGAS, Mário. Cultura, Patrimônio e Memória. *CIÊNCIAS & LETRAS*, Porto Alegre, Faculdade Porto-Alegrense de Educação, n.31, p.15-29. jan/jun 2002.

COSTA, Marisa Vorraber. Diversidade, multiculturalismo e diferença: uma conversa com professores e professoras. In: Barbosa, Raquel Lazzari Leite. (Org). *Formação de Educadores: Trajetórias e Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 2004.

FERNÁNDEZ, Luís Alonso. *Museología e museografía*. 4. ed. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MONTEIRO, Charles. Políticas da memória: reformas urbanas e polêmicas acerca das comemorações da fundação de Porto Alegre. In: POSSAMAI, Zita (Org.). *Leituras da Cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010, p. 37-54.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. In: *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre: UFRGS/ULBRA/UNISINOS, 1994.

ROSA, Elza Vieira da. *O Museu do Percurso do Negro de Porto Alegre – RS: interrompendo invisibilidades, reinscrevendo experiências negras na cidade*. Dissertação de mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2019.

RESTREPO, Eduardo. *Teorias contemporâneas de la etnicidad: Stuart Hall y Michel Foucault*. Colômbia: Editorial Universidad del Cauca, 2004.

SANSONE, Livio. (Org.) *A política do intangível: museus patrimônios em novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2012.

SOUZA, Neuza Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Vinicius Vieira de. Artes Visuais de referência Afrobrasileira no espaço público de Porto Alegre. In: MATTOS, Jane Rocha de. *Museus e africanidades*. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013, p. 55-83.

VARGAS, Pedro Rubens. O Museu de Percurso do Negro na perspectiva de seus idealizadores: Os militantes do Movimento Negro. In: MATTOS, Jane de Mattos. (Org.). *Museu e africanidades*. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013, p. 85-100.

ZUBARAN, Maria Angélica; SILVA, Petronilla Beatriz Gonçalves da. Interloquções sobre estudos afro-brasileiros: Pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro. In: *Currículo sem fronteiras*, v. 12, n. 1, jan-abr, 2012, p. 130-140.

Entrevistados à dissertação de mestrado de Ago/2019. PPGS UFRGS. “ O Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre- Interrompendo Invisibilidades, reinscrevendo experiências negras na Cidade”.

*Recebido em: 05/01/2023.  
Aprovado em: 23/01/2023.  
Publicado em: 23/01/2023.*